

Narrativas em disputa: uma breve trajetória do midialivrismo¹

Janine JUSTEN²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Considerando por prerrogativa o direito à cidade lefebvriano, quer-se investigar as relações entre território, identidade e testemunho nos processos comunicacionais violentos a fim de articular as narrativas da cultura midiática aos mecanismos de configuração do espaço urbano brasileiro. Sob a ótica narrativa de um sujeito histórico, pretende-se promover a luta dos movimentos sociais contemporâneos para além de suas fronteiras ideológicas, entendendo-a como forma de vida e de gerenciamento da própria vida: a unidade do múltiplo que fortalece, legitima e dá vazão ao reclame do espaço público em público e para o público.

Palavras-chave: midialivrismo; direito à cidade; memória; Jornadas de Junho.

Introdução

Sem pudores, fazemo-nos *na e através* da imagem – a nossa própria, a idealizada, a distorcida: somos aquilo que projetamos e/ou projetam de nós. Inseridos numa sociedade regida pelo *bios midiático*, em consonância ao discurso pós-moderno, buscamos a espetacularização da vida, a simulação do real e a sedução de sujeitos e valores (SODRÉ, 2006; BAUDRILLARD, 1981) por apenas compreendermos e alcançarmos, no nosso tempo, a lógica da existência por esses prismas – ou ao menos antevendo-os.

Convertemos o ordinário em um *show* contínuo e assumimos papéis de espectadores permanentes. O espectador é, então, quem vê mas também quem anseia por novas imagens fragmentárias para consumir. Mergulhados na cultura da informação, motivamos o controle social pela espera ao mesmo tempo em que estetizamos, glamourizamos e aliviemos a banalidade cotidiana: procuramos passivos-ativos nas ruas e nos rostos, as cores das revistas e da televisão.

Esse esboço contraria em absoluto o arquétipo do burguês moderno. De senhor da razão, da liberdade e da criação fora embargado: a psicanálise revelou-o escravo de seu inconsciente, o marxismo deu-o como escravo de sua classe social e a linguística prendeu-o ao discurso. O indivíduo burguês, que se supunha dono de si, atrelado a uma identidade

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Autora do trabalho. Doutoranda em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Bolsista CNPq. E-mail: janine.justen@gmail.com.

fixa, a princípios e valores morais intransponíveis, foi obrigado a caricaturar seu retrato em direção à dissolução, à dessubstancialização perante o virtual para sobreviver.

O narcisismo de que dispomos hoje, do individualismo exacerbado, divide espaço com a melancolia da desmobilização e do desengajamento político e de causas sociais. Talvez um último grau de apatia, sem laços ou fortes impressões a não ser de si mesmo para com o mercado. Absorto e nostálgico. Presentista, tão logo quer o novo e a memória no agora. É sincrético, de natureza confusa, demônio terminal e anjo anunciador.

Seria, portanto, bastante plausível deduzir que os mesmos sujeitos tidos como nihilistas, conformistas e desinteressados são aqueles que, de súbito, se organizam, tomam as ruas e reivindicam seus direitos de cidadãos: o direito à cidade, seus usos e acessos (LEFEBVRE, 1968). Uma contradição tipicamente contemporânea, do tempo que se faz um não-lugar moderno/pós-moderno. As Jornadas de Junho são um exemplo emblemático desta postura no Brasil, seja pelo seu impacto no espaço urbano e em seus habitantes, pela magnitude de repercussão (nacional e internacional) ou pela efemeridade e intensidade de seus acontecimentos.

Uma mobilização que começou com o Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP) denunciando as altíssimas taxas cobradas por um sistema de transporte de massa precário, tanto rodoviário quanto metroviário, e se alastrou para outras 388 cidades brasileiras que terminaram por reivindicar mais saúde, educação e transparência dos gastos públicos. Tornou-se palco de expressão máxima de angústias e ansiedades escancarando um arcabouço institucional violento, munido de ameaças e sanções colecionadas ano após ano – neste sentido, a veia sintomática em sobressalto cabe à ação truculenta da polícia, que evidencia, para além de um claro despreparo tático, a sede insaciável das autoridades pela manutenção da ordem gerenciada pela vinculação do medo (a ele subjuga-se ou se supera, não sem confronto direto).

Fundamentos foram negados. “Sem partidos”, clamavam as bandeiras ao acusar as ruínas de uma democracia em frangalhos. Todavia, fundamentos também foram exigidos, quase em fatias proporcionais, por aqueles mais reacionários que viam justo na força do movimento sua maior fraqueza. “Não há pautas”, esbravejavam os ataques contra a falta de programas e lideranças. Não à toa, os objetivos indefinidos, generalizados, eram em simultâneo fator de atração e repulsa num misto de desilusão e denúncia.

Os estranhos da cidade

“Eles não nos representam”, gritavam aos quatro ventos os militantes sobre seus governantes. Eleitos? Sim. Representativos? Não, estavam deixando de ser. A mediação política teria, então, sucumbido junto às instituições e suas ações não corresponderiam mais às demandas e reivindicações de um corpo social que se planejava organizar de maneira linear, sem líderes ou partidos – também são afetados por esse significativo descrédito os movimentos sociais tradicionais nascidos no contexto do neoliberalismo, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)³ e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou o próprio Partido dos Trabalhadores (PT), que vem perdendo vertiginosamente a adesão popular desde o último mandato da presidente Dilma Rousseff, de posse em janeiro de 2015, agora em trâmites de impedimento⁴.

Prima-se, aqui, pelo chamado *princípio da rotatividade dos responsáveis*⁵ para evitar a cristalização de estruturas de poder e buscar a autorregulação sem chefias ou porta-vozes. Por isso, a voz das ruas não era uníssona, tampouco seu comportamento – era contra a sua razão de ser, antinatural: elementos progressistas e libertários, mas também conservadores e de brutalidade provocavam cisões entre os próprios segmentos de luta na multidão que se (des)encontrava. O movimento negro, o LGBT⁶, dos professores, das organizações feministas, dos profissionais da saúde etc. Cada grupo social, à sua maneira e com as suas bandeiras particulares, engrossava o coro por respeito e participação política ao mesmo tempo em que divergia sobre as estratégias de abordagem e difusão das pautas abraçadas em busca de um múltiplo comum.

Neste sentido, a questão dos transportes se apresenta transversal e fundamental aos termos de acesso e garantia de todos os outros direitos que compõem o grande conjunto direito à cidade e, por isso, assumiu caráter de mola propulsora das insatisfações: moradia, rede de esgoto, atendimento médico, emprego, educação, entre outros; é ela quem costura

³ Cerca de uma década mais tarde, já em 1997, é fundado o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), de viés urbano, interessado em organizar os trabalhadores a partir de bairros periféricos – manifestação clara de reivindicação do direito à cidade em termos lefebvrianos.

⁴ Até 13 de julho de 2016, momento de escrita deste artigo, o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff encontra-se indefinido, ainda em tramitação no Senado Federal.

⁵ Expressão utilizada pelo cientista político Nildo Avelino (PUC-PB), integrante do Centro de Cultura Social de São Paulo na tentativa de elucidar as manifestações urbanas brasileiras. Ele aponta, ainda, fortes similaridades entre o que viu nas ruas em 2013 e o que aconteceu em julho de 1917, quando uma greve geral de base anarquista mobilizou 100 mil na capital paulista contra o alto custo de vida e especulação imobiliária na região. Cf.: Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 8, n. 95, p.36-39.

⁶ Também conhecido como LGBTTT ou LGBTTI: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros/Intersexuais.

as trajetórias, narrativas, testemunhos e fluxos identitários à medida que possibilita (ou não) os deslocamentos territoriais, as trocas de experiências, valores, crenças e mercadorias na cidade. Sem mobilidade urbana não há começo, meio ou fim: esta era a única constante em meio a tantas variáveis, via de visibilidade na graça da união pela diferença. “Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor” (MPL, 2013, p.11). É a precariedade da mobilidade urbana quem escancara as contradições do sistema e também quem suscita os processos de resistência.

Aqueles que chegavam das regiões mais periféricas da cidade de São Paulo, por exemplo, sem um sólido respaldo ideológico e motivados pela massiva exposição midiática, aderiram ao movimento das ruas atraídos pela performance da tática *Black Bloc*. Acabavam por elevar ainda mais a intensidade dos episódios de violência, daquela violência-espetáculo, encarando o enfrentamento com a polícia como um rito de passagem, como pondera Esther Solano em sua etnografia sobre os *maskarados*⁷. Para a antropóloga, o bloco foi formado basicamente por outros três segmentos que não necessariamente concordavam entre si: os anarquistas, os que buscavam notoriedade social e os interessados em atacar membros específicos do poder Executivo.

“Naquele momento a minha raiva era maior que o medo” (2014, p.217), declara, em entrevista a Solano, uma jovem participante sobre sua entrada na linha de frente dos protestos. O que os parecia mover em conjunto era a percepção de um inimigo corporativo comum, personificado pelos “esculachos” (p.203) frequentes ou pela costureira “averiguação” (p.185) que, não raro, os acompanhavam cotidianamente. “O povo sempre cai no discurso da direita, usando Deus e a família. É preciso perder a paciência para as mudanças acontecerem” (p.197), avalia um rapaz, à época também recém-iniciado na organização, que até junho de 2013 sonhava em ser um pequeno empresário, frequentava a Igreja Universal com sua avó e hoje se assume “preparado para a guerra”.

Jovens ativos, cansados da violência policial e que não suportavam seguir em marcha lenta pelas ruas de São Paulo. Criou-se um vínculo afetivo entre os adeptos da tática. Com isso, uma união para a criação de manifestações-shows, quebradeiras, ameaças e repercussão. Para isso, existia uma performance que exigia um ritual de transformação. O temor da mídia e da população com os jovens de preto foi muito potencializado, já que não eram mais de setenta garotos e garotas na linha de frente (SOLANO, 2014, p.209).

⁷ Trabalho etnográfico de imersão da cientista social e professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Esher Solano: *Maskarados*; Cf. “Referências”.

As cenas do coronel Reynaldo Simões Rossi sendo agredido a socos, pontapés e golpes com pedaços de madeira em meio à gritaria das manifestações contra a Copa do Mundo (“Copa pra quem?”), no centro da capital paulista, talvez componham a maior expressão de ódio contra o sistema vista nas ruas em 2013. No calor das barricadas e na circulação dos registros, tomou-se a farda pelo homem, representante da carne de uma corporação inteira. Para o grupo, o entendimento era simples: “De um lado os vândalos, com rosto coberto, sem identificação, usando táticas covardes e um ódio infundado capaz de os transformar em bestas que atacam o que estiver à frente... do outro o *Black Bloc*”⁸.

Para o oficial ferido, um despropósito já que as ações da corporação “são pautadas pela legalidade e uso moderado e proporcional da força”⁹. Os casos relatados pelos manifestantes, dos constantes abusos sofridos principalmente nas regiões mais pobres, não passariam de “situações isoladas”¹⁰. Nesta análise, ficam de fora militantes e jornalistas vítimas de cassetetes, *spray* de pimenta, gás lacrimogêneo, balas de borracha e detenções arbitrárias¹¹. O então governador de São Paulo Geraldo Alckmin, sob pressão popular depois de um fotógrafo paulista perder a visão a trabalho, chegou a suspender o uso das balas de borracha; mas, meses depois, por intervenção do desembargador do Tribunal de Justiça do estado Ronaldo Andrade, a munição voltou a circular.

Em nota, o desembargador atentou para a “não comprovação de abusos em profusão que justificam a intervenção judicial”: “O que se tem nos autos são casos isolados de violência e a tentativa policial de manter a ordem e evitar que manifestações pacíficas perdessem essa característica e se fossem tomadas pela violência. A utilização de armas letais e não letais é admitida para preservação da vida e integridade física dos policiais”¹² – entra em questão aqui uma desumana matemática: a de contagem de vidas, a supervalorização de umas em detrimento de outras; 70 policiais militares *versus* 234 manifestantes civis¹³ (SOLANO, 2014, p.251).

⁸ Conteúdo publicado no *Facebook*, na página *Black Bloc Brasil*, em 1 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/Black-Bloc-Brasil-353035154737576/>. Último acesso: 09/02/2016, às 19h38.

⁹ Fala referida aos apêndices da obra *Mascarados* (SOLANO, 2014, p.228-253).

¹⁰ Idem nota 9.

¹¹ Em um levantamento dos casos nos últimos três anos, a *Ponte Jornalismo* analisa a violência do Estado brasileiro. Texto disponível em: <http://ponte.org/estado-e-culpado-por-cegar-com-bala-de-borracha-alex-sergio-e-dayane/>. Último acesso: 3/02/2016, às 20h56.

¹² Informações disponíveis em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/justica-cassa-liminar-que-proibia-uso-de-bala-de-borracha-pela-policia>. Último acesso: 12/02/2016, às 16h48.

¹³ De acordo com Solano (2014), no dia 12 de junho de 2014 havia cerca de 40 manifestantes para centenas de policiais nas proximidades da estação Vila Carrão, do metrô de São Paulo; no dia 2 de julho do mesmo ano, na Praça Roosevelt, concentravam-se a Tropa de Choque, a Cavalaria, Rocam e a Força Tática para controlar e dispersar menos de 60 pessoas.

Os contornos do midialivrismo

A participação através de sua expressão mais radical, a ação direta, a autogestão e as novas maneiras de se fazer, se pensar e propor política tomaram as ruas como a manifestação da revolta e da indignação. Mas isto não é novidade, pelo menos não desde que os primeiros grupos autônomos de autodefesa tomaram as ruas da Alemanha ocidental nos anos 1980. Os *Autonomen*, como se intitulavam, formavam linhas de frente para enfrentar a repressão policial no país e organizavam cordões de isolamento para impedir a infiltração de agitadores em passeatas – movimentação bastante corriqueira às vésperas da queda do Muro de Berlim.

O *Black Bloc*, este *modus operandi* que extrapola fronteiras territoriais, atingiu seu contorno atual nos Estados Unidos durante os protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, em 1999. Os adeptos, inspirados em Gandhi e Martin Luther King Jr., alegavam não ser mais *eficiente* a tradição da desobediência civil não violenta. A tática, que consistia em desobedecer uma lei considerada injusta e não reagir à violência do Estado em sua defesa, deixou de atrair a imprensa – órgão que usualmente divulgava imagens de manifestantes de uma causa justa sofrendo sanções exageradas, gerando indignação da opinião pública que acabava, por fim, pressionando o poder pelo fim da segregação imposta.

A década de 90 trouxe consigo um sentimento de apaziguamento, como com panos quentes e cuidados paliativos sobre os escancarados conflitos urbanos que se somavam no ocidente: aparentemente o recurso da chamada de holofotes havia se esgotado – desde a ampla conquista dos direitos civis com os Panteras Negras, as estratégias não funcionavam mais em escalas massivas. A imprensa norte-americana havia se tornado incapaz, quase constitutivamente, de noticiar ou classificar atos de repressão policial violentos e com ela parecia assentir a audiência: eles apenas são o que são. Assim, em um processo de grandes retrocessos, manifestantes não violentos puderam voltar a ser brutalizados, torturados e mesmo mortos sem qualquer objeção relevante das elites política ou econômica (SOLANO, 2014).

Isto porque o modelo dos meios de comunicação admitido por lá, nos EUA, importado por nós e por boa parte do resto do mundo, foi o de jornais-empresa¹⁴,

¹⁴ Visando ampliar o público, que até então se dividia de acordo com o posicionamento político do impresso, adotou-se, no fazer jornalístico norte-americano, os preceitos de objetividade e imparcialidade para defender a produção de um discurso neutro e direto, próximo do científico, isento de quaisquer interpretações secundárias, preocupado exclusivamente em transmitir a imagem do fato como espelho fiel da realidade. Instaurou-se o modelo clássico da *indústria da informação*, que salvo raras exceções como a francesa (até hoje declaradamente opinativa), ganhou o mundo junto com a lógica do

profundamente vinculado à concessão de interesses e cargos. Sem uma imprensa livre e comprometida com a garantia de direitos democráticos, os ativistas ianques propuseram, então, ressignificar as táticas dos *Autonomen* germânicos: concentraram a sua ação numa modalidade de desobediência que era a destruição seletiva de propriedade privada. Por um lado resgatava-se a atenção da mídia, por outro transmitia-se uma mensagem de oposição à liberalização econômica e aos acordos de livre comércio que tomava forma com o Consenso de Washington (JUSTEN, 2016).

Não esteve muito bem informado quem procurou saber sobre a reunião da OMC nos canais mais tradicionais: *CNN*, *ABC*, *NBC*. Todos reportavam comunicados produzidos pela agência de notícias do *World Trade Center*, sede da Organização. Vez em nunca, uma rápida alusão aos protestos que aconteciam do lado de fora do prédio, para além das fronteiras criadas pelas câmeras institucionais era verificada, quase que como numa tentativa de fabricação de álibis. Para Malini e Antoun (2013), esta “gritante ausência” de fontes e relatos (p.135) foi o sintoma mais evidente da produção de uma dupla ótica um tanto quanto mal intencionada: ou os protestos eram apresentados “como críticas corporativistas à liberdade comercial” ou “badernas de *anarcopunks* e delinquentes afins” (id.ib.). Era a legitimação do direito à cidade por um discurso enviesado, absolutamente não neutro, de mecanismos de exclusão bastante bem definidos.

FIGURA 1 - SEATTLE, 30 DE NOVEMBRO DE 1990 (FONTE: IMC)



consumo e a regulação de bens de capital na passagem do século XIX para o XX. O processo, no Brasil, se intensificou com a chamada *revolução gráfica* dos anos 1950, impondo restrições formais que diziam respeito tanto à linguagem quanto à estrutura do texto na busca de uma maior uniformidade nas redações (JUSTEN, 2013, p.37-43).

No dia 30 de novembro daquele ano, o prefeito de Seattle colocou a cidade em estado de emergência e outras imagens foram praticamente forçadas a aparecer na cobertura do evento a partir daí: latas de lixo queimando, vidraças quebradas e os tais mascarados vestidos de preto. Dizia-se que a sessão fora cancelada porque uma minoria radical não soube se comportar *civilizadamente*. Em resposta, a criação do alternativo *Independent Media Center* (IMC), sediado sobretudo na internet, deixou o episódio internacionalmente conhecido como *Batalha de Seattle* e estremeceu as escolas de jornalismo mundo afora – o endereço eletrônico¹⁵ chegou a atingir a marca de dois milhões de conexões, além de disponibilizar documentários em vídeo e um jornal digital diário sem nenhum custo para a população.

Construído a partir do conceito de mídia sob demanda, o IMC se propunha a fazer uma cobertura minuto a minuto dos acontecimentos ligados à manifestação, usando um democrático sistema de edição aberta (*open-publishing*) e atuando como uma câmara de compensação de informações para jornalistas, recolhendo e disponibilizando, ao mesmo tempo, reportagens, áudios, fotos e vídeos em um regime de *copyleft* através de seu *website*. Cobrir o acontecimento para o IMC significava participar ativamente de sua elaboração e não apenas noticiar as ações que se desenrolavam quando de sua manifestação (MALINI; ANTOUN, 2013, p.137).

Há, de fato, uma ilegalidade na quebradeira de vitrines de lojas e bancos, mas é justamente a ineficácia em causar prejuízo econômico real às empresas ou ao governo a variável responsável pelo caráter expressivo ou estético da ação, aproximando-a muito mais de uma interface arte-política do que crime-política. Vale destacar seu principal mandamento: é vetado o ataque a pequenos comércios e as ações diretas, em tese, não podem resultar na agressão de pessoas ou animais; uma violência, então, sobretudo simbólica, uma violência *espetacular*.

O impacto midiático do movimento foi tão grande em Seattle que a tática ganhou nova roupagem no repertório de movimentos sociais globalmente, chegando ao Brasil nos anos 2000 durante os protestos contra a ALCA: se ambientam os *Black Blocs* e os *Centros de Mídia Independente* (CMI) vinculados aos problemas da vida local. Podemos citar, ainda, o *Occupy Wall Street*, as insurreições do Egito e da Turquia, *Los Indignados* na Espanha ou os protestos na Grécia mais recentes contra as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE) e União Europeia (UE) – o tal traço de unidade dos múltiplos, apontado logo na introdução do artigo como argumento central desta análise: um esquema de implicações rizomáticas, para citar Deleuze e Guattari (2011).

¹⁵ *Independent Media Center*: <https://www.indymedia.org>. Para a cobertura em vídeo dos protestos de Seattle: [https://archive.org/details/deepdishtv?&and\[\]=showdown%20in%20seattle](https://archive.org/details/deepdishtv?&and[]=showdown%20in%20seattle). Último acesso: 02/02/2016, às 20h07.

O tema da ocupação no sentido do controle do espaço encontrou forte ressonância emocional: um alheamento que parecia generalizado em relação aos processos decisórios e da falta de canais dialógicos entre parte significativa da população e o poder público pôs em xeque o sistema de monopólio da informação sustentado pela grande mídia. O clima, esquentado nas manifestações, extrapola e se nutre de um clima não menos impetuoso nas redes, como se o espaço virtual fosse uma continuidade do espaço urbano, com os seus mesmos conflitos, inclusive sobredimensionados: “Na rua, a manifestação tem hora de começo, hora de confronto e hora final. Na rede social, é uma manifestação ininterrupta, prolongada no dia a dia, que vai servindo de combustível até o momento do próximo encontro” (SOLANO, 2014, p.36).

No vazio de uma agenda social silenciada, a juventude insatisfeita assume a face da reforma da velha democracia liberal. A marca, para muitos deles, era a figura idealizada de Guy Fawkes, um inglês do século XVII que tentou incendiar o parlamento e assassinar o rei para transformar sua sociedade – mais conhecido como “V de Vingança” pelo cinema hollywoodiano, vindo a ser símbolo do coletivo *Anonymous*¹⁶, famoso por ser um dos primeiros a conquistar milhares de seguidores nas Américas e na Europa.

FIGURA 2 - RIO DE JANEIRO, LARGO DO PAÇO IMPERIAL (FONTE: ANONYMOUS)



Assim, as ações diretas, nas ruas, vieram acompanhadas por um outro arcabouço midiático, o das narrativas colaborativas postas *on time* e *online* nas redes sociais: elas aprendem como “enxamear e dispersar, penetrar e romper ou eludir e evadir” (MALINI; ANTOUN, 2013, p.67). É o que anuncia o recente campo de atuação da *guerra em rede* (do

¹⁶ Comunidade *online*, descentralizada, criada em 2003. Link: www.anonymousbrasil.com/. Último acesso: 14/02/2016, às 3h46.

inglês, *netwar*), uma espécie de luta de baixa intensidade – em comparação à *guerra do controle* (*cyberwar*) travada entre dois Estados com alta tecnologia militar, como na Guerra do Golfo –, assimétrica, articulada por grupos autônomos através das novas tecnologias comunicacionais, da comunicação distribuída e das redes interativas mundiais, como a internet.

“A partilha de princípios e práticas condutores aceitos profundamente pelos membros pode fazer deles ‘uma única mente’ mesmo que estejam dispersos e dedicados a diferentes tarefas”, conferindo-lhes coerência ideacional, estratégica e, por vezes, doutrinária (id. ib., p.71). São esses processos disruptivos, capazes de deslocar-se do medo à euforia em manifestações massivas, que se produzem por contágio social e privilegiam a experiência da insurgência em fluxo – vale dizer que em apenas um ano após o surgimento do IMC, outros 30 centros foram fundados acompanhando os processos das agências gestoras do controle da globalização (FMI, BM, FEM, G8 etc.); hoje somam 140, estando 19 deles alocados na América Latina¹⁷.

O midialivrismo é tipicamente a manifestação de uma monstruosidade comunicacional: são desenvolvidos por uma ‘pessoa qualquer’ ou por pequenos ‘coletivos’ que, por produzir intensa diferença nos modos típicos de narração da mídia de massa sobre os acontecimentos, logo se alçam como pequenas celebridades de nicho, tendo, deste modo, de arcar com uma dupla dificuldade: produzir diferença e evitar, constantemente, a captura espetacular de sua forma de vida (MALINI; ANTOUN, 2013, p.24).

No entanto, apesar de a maioria dos manifestantes das Jornadas de Junho usar a internet para organizar os protestos e debater suas pautas e desdobramentos, os grandes temas continuavam (e continuam) sendo provocados pelos monopólios de comunicação – sobretudo se ausentes, como demonstrado. Por mais revolucionária que possa parecer, a internet é, ainda, no Brasil, um outro espaço de interação entre indivíduos mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela inteligência dos governos. Embora interligados pelas redes sociais, esses jovens seguem dependentes da velha mídia para alcançar visibilidade pública e retroalimentar o movimento, garantindo sua própria continuidade; para se inserirem, por fim, no espaço formador da opinião pública e a ela sensibilizarem.

¹⁷ São elas: Argentina, Bolívia, Chiapas, Chile, Chile Sur, CMI Brasil, CMI Sucre, Colômbia, Equador, México, Peru, Porto Rico, Gollasuyu, Rosário, Santiago, Tijuana, Uruguai, Val Paraíso e Venezuela.

Considerações finais

Foi em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que as manifestações conseguiram barrar o reajuste da tarifa das passagens de ônibus pela primeira vez, reduzindo o valor em 20 centavos – de R\$ 3,05 para R\$ 2,85. O feito contagiou tanto que os limites do movimento se alastraram para além dos fins econômicos estritos, como argumentavam as faixas: “Não é só pelos 20 centavos. É por direitos”. E o embate com o braço armado do Estado tornou-se cada vez mais frequente e acirrado: “Pouco importa o que a mídia diz. Nossa manifestação é legítima!”, publicava o *Coletivo de Mídia Autônoma de POA* no dia 21 de junho de 2013¹⁸; “vivemos num estado de precariedade, exploração e dependência” (id. ib.).

A experiência das *novas mídias* possibilitou que aparelhos de telefone celular, os modernos *smartphones* (com câmeras de alta resolução e conexão rápida a redes sociais integradas), microcomputadores e *tablets* ocupassem postos de fiscais e delatores, fazendo das plataformas *online* (*Youtube*, *blogs*, *Facebook* e *Twitter*, por exemplo) seus mais eficazes meios de compartilhamento. “Eu vejo, eu mostro”, este era o lema dos relatos, que começaram a brotar no mundo virtual sob a égide da credibilidade de testemunhos. Verdadeiras comunidades autopoieticas, nascidas no ciberespaço (embora não se restrinjam a ele), que não tentam apenas contrapor as velhas mídias, mas acreditam que a novidade de um meio só ganha expressão através da atividade que dele se apropria e nele se desenvolve.

A *Revolta do Vinagre* – nome de batismo conferido ao movimento pelos envolvidos, já que o vinagre era a única substância capaz de amenizar os efeitos do gás lacrimogêneo lançado pelos policiais contra os manifestantes – incorporou ares de revolução, atingindo não só os símbolos físicos do poder político-econômico vigente – Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, agências bancárias e lojas de departamentos – com os *Black Blocs*¹⁹, mas também e, principalmente, com os símbolos abstratos das rédeas da contemporaneidade: sedes de emissoras de televisão e dos jornalões, que, ao longo deste período, vinham sendo questionados e, por vezes, *desmentidos*.

Ambas as posturas, tanto do Estado quanto da imprensa, são formas de criminalização dos movimentos sociais historicamente construídas (JUSTEN, 2013). Estão aí todas as rebeliões coloniais, do Brasil Império ou republicanas para nos lembrar: a

¹⁸ Manifesto disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2013/06/520365.shtml>. Último acesso: 12/02/2016, às 19h38.

¹⁹ Normalmente equipados com roupas impermeáveis, máscaras de gás, gorros, capacetes e escudos, o grupo que faz uso da tática “Black Bloc” se destaca do resto dos manifestantes. Quando há confronto direto com a polícia, eles tomam a frente do grupo, empunham pedaços de madeira, pedras e lançam coquetéis *molotov*. Com origem no fim da década de 1980, na Europa, o *bloco negro* ganhou força com a crise do capitalismo neoliberal, na virada dos anos 2000.

autonomia, a terra. No caso particular da reivindicação pelo transporte público acessível e de qualidade, podemos citar a Revolta do Vintém, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro ainda em 1879: quando cinco mil pessoas se reuniram no campo de São Cristóvão para entregar a D. Pedro II uma petição solicitando a revogação de uma taxa de 20 réis (um vintém) sobre o serviço dos bondes puxados a burros – fez-se uma tríade conturbada de poder do Estado, manifestantes e *Gazeta da Noite*, estrutura que segue, ainda que abalada, orquestrando as nossas formas de pensar modelos de cidadania e participação democrática.

FIGURA 3 - A GAZETA DA NOITE, 1879 (FONTE: ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL)



Neste sentido, as Jornadas de Junho foram a tomada das ruas de maior visibilidade no cenário político brasileiro atual, mas não foram a primeira nem serão a última. Em agosto de 2003, também em resposta a um aumento de tarifas nos transportes públicos, iniciou-se em Salvador a chamada *Revolta do Buzu*²⁰ (MANOLO, 2011), angariando cerca de 40 mil pessoas: estudantes secundaristas pulavam os muros das escolas para bloquear ruas em diversos bairros num processo descentralizado organizado a partir de assembleias montadas nas próprias barricadas.

Em 2004, em Florianópolis, a *Revolta da Catraca* (CMI, 2005) ocupou terminais rodoviários e bloqueou a ponte que dá acesso à ilha, forçando o governo a revogar o aumento das passagens. Podemos citar, ainda, as experiências de Vitória (2006), Teresina (2011), Aracaju e Natal (2012) e, mais recentemente, em outubro do mesmo ano, o ato

²⁰ Cf. PRONZATO, *Revolta do Buzu* (documentário). Disponível em: www.youtu.be/1BjRhZfeLHA. Último acesso: 06/02/2016, às 16h34.

*Existe amor em São Paulo*²¹, que reuniu cerca de 10 mil pessoas na Praça Roosevelt, no centro. A bandeira que unia os manifestantes era a própria ocupação do espaço público. Em todas elas, e as Jornadas de Junho aqui se inserem, uma característica comum e em destaque: a recusa do sistema político-econômico tradicional, a necessidade de se reinventar. A vida que pulsava, enfim, transbordou.

O direito à cidade é um grito, uma demanda, mas só é ouvido e só tem força quando existe um espaço a partir do qual e dentro do qual esse grito e essa demanda serão feitos reais, conectados a sujeitos, coisas, tempo e território. Ao reclamar o espaço em público e para o público, ao ressignificá-lo, os próprios grupos sociais tornam-se públicos. Impõem sua forma e seu sentido de pensar e fazer o mundo. Da lógica do direito conquistado, o direito à cidade apenas faz-se inalienável quando quem o reivindica se liberta da condição de alienado social. Foi o que nossos mascarados fizeram. E, de certa forma, obrigaram a mídia a reconhecer e dar vazão, ainda que por seus afluentes estreitos, à querela profunda que seus ataques a uma normalidade negligente desvelavam: uma tensa e decisiva disputa de narrativas.

Assim, como bem pontuaram Malini e Antoun (2013) sobre a nova cara da militância, para o ativismo resistir não é mais apenas necessário sofrer a paixão do embate com o poder atual do Estado e seus dispositivos de governo. Resistir tornou-se também, ou sobretudo, inventar os movimentos através dos quais os modos autônomos de viver e gerir a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente: a construção de pautas, propostas e atores genuinamente públicos.

²¹ Vídeo elaborado pelos manifestantes disponível em: <http://youtu.be/7cxOK7SOI2k>. Último acesso: 06/02/2016, às 16h46.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1981.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. São Paulo: Editora 34, 2011. V. 2.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2011.

JUSTEN, J. **Os poemas-vida dos estranhos da cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. 178f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

_____. **Entre representações e simulacros: a construção da opinião pública no mundo virtualizado**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. 69f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1968.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua – ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANOLO. **Teses sobre a Revolta do Buzu**. *Website* Passa Palavra, Categoria “Ideias e Debates”, 2011. Disponível em: www.passapalavra.info/2011/09/46384. Último acesso: 06/02/2016, às 16h29.

RICOUER, P. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis, Vozes, 2006.

SOLANO, E. **Mascarados – A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. São Paulo: Geração, 2014.

VINICIUS, L. (CMI). **A guerra da tarifa**. São Paulo: Fâisca, 2005.